

## MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DO TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES DOS PESCADORES DA VILA DE CACHOEIRA EM DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS – PA

*PARTICIPATORY MAPPING OF THE TERRITORY AND TERRITORIALITIES OF THE FISHERMEN OF  
VILA DE CACHOEIRA IN DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS - PA*

*MAPEO PARTICIPATIVO DEL TERRITORIO Y TERRITORIALIDADES DE LOS PESCADORES DE VILA DE  
CACHOEIRA EN DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS - PA*

FERREIRA, Gracilene de Castro

SILVA, Christian Nunes da

MARINHO, Vicka de Nazaré Magalhães

### RESUMO

Os pescadores da Vila de Cachoeira vivem e constroem sua territorialidade, tendo a pesca como um importante papel socioeconômico na ocupação de mão de obra, geração de renda e oferta de alimentos para a população. Assim, a luta diária em territorializar-se representa para o pescador da Vila de Cachoeira um desafio constante que pode resultar em longos períodos no mar, na busca de recursos cada vez mais longe, expondo-se a perigos que podem colocar em risco a própria vida. No entanto, os dados revelam que a pesca na região está cada vez mais susceptível à exaustão, fragilizada, sobretudo, pela exploração intensiva e desordenada, realizada por barcos industriais que utilizam aparatos tecnológicos avançados para a captura predatória dos peixes, no território de pesca destes pescadores. Nesse sentido, o reconhecimento de seu território de pesca se torna imprescindível para a permanência desse pescador e de sua territorialidade na busca do pescado e de sua prática laboral. Assim, a importância de representar cartograficamente sua área de pesca revela a necessidade de sua efetiva participação nesse processo tendo em vista que é o próprio pescador que vive e constrói suas territorialidades. E foi através do mapeamento participativo realizado com os pescadores da comunidade e representantes dos órgãos de classe local, incluindo representantes da Resex Mocapajuba e da Colônia dos Pescadores do Município de São Caetano de Odivelas que foi possível, com base nos fundamentos da cartografia participativa, representar cartograficamente o território pesqueiro destes pescadores e revelando não somente suas práticas laborais mas toda a dinâmica que envolve a luta pela territorialização dos mesmos e a luta pela apropriação dos recursos de do rio emanam como fonte de renda e de permanência.

**Palavras-chave:** Cartografia Participativa. Território. Territorialidade.

### ABSTRACT

The fishermen of Vila de Cachoeira live and build their territoriality, with fishing as an important socioeconomic role in the occupation of labor, generation of income and supply of food for the population. Thus, the daily struggle to territorialize itself represents for the fisherman of Vila de Cachoeira a constant challenge that can result in long periods at sea, in the search for resources more and more far, exposing themselves to dangers that can endanger their own life. However, the data show that fishing in the region is increasingly susceptible to exhaustion, weakened mainly by intensive and disorderly exploitation by industrial vessels using advanced technological devices for the predatory capture of fish in their fishing territory. fishermen. In this sense, the recognition of their fishing territory becomes essential for the permanence of this fisherman and his territoriality in the search for the fish and its work practice. Thus, the importance of cartographically representing their area of fishing reveals the need for their effective participation in this process since it is the fisherman himself who lives and builds his territorialities. And it was through the participatory mapping carried out with the community fishermen and representatives of the local class organs, including representatives of Resex Mocapajuba and the Fishermen's Colony of the Municipality of São Caetano de Odivelas that it was possible, based on the foundations of the participative cartography, to represent cartographically the fishing territory of these fishermen and revealing not only

their labor practices but all the dynamics that involve the struggle for the territorialization of the same and the struggle for the appropriation of the resources of the river emanate as source of income and of permanence.

**Keywords:** Participative Cartography. Territory. Territoriality.

## RESUMEN

Los pescadores de Vila de Cachoeira viven y construyen su territorialidad, con la pesca como un importante papel socioeconómico en la ocupación del trabajo, la generación de ingresos y el suministro de alimentos para la población. Sin embargo, los datos muestran que la pesca en la región es cada vez más susceptible al agotamiento, debilitada principalmente por la explotación intensiva y desordenada por parte de embarcaciones industriales que utilizan dispositivos tecnológicos avanzados para la captura predatoria de pescado en su territorio de pesca. En este sentido, el reconocimiento de su territorio de pesca se convierte en esencial para la permanencia de este pescador y su territorialidad en la búsqueda del pez y su práctica de trabajo. Por lo tanto, la importancia de representar cartográficamente su área de pesca revela la necesidad de su participación efectiva en este proceso, ya que es el pescador quien vive y construye sus territorialidades. Y fue a través de la cartografía participativa realizada con los pescadores de la comunidad y representantes de los órganos de la clase local, incluidos los representantes de Resex Mocapajuba y la Colonia de Pescadores de la Municipalidad de São Caetano de Odivelas que fue posible, sobre la base de los fundamentos de la cartografía participativa representar cartográficamente el territorio pesquero de estos pescadores y revelando no solo sus prácticas laborales sino todas las dinámicas que involucran la lucha por la territorialización de los mismos y la lucha por la apropiación de los recursos del río como fuente de ingresos e de permanencia.

**Palabras clave:** Cartografía Participativa. Territorio. Territorialidad.

## INTRODUÇÃO

A escassez do pescado e as exigências do mercado consumidor tem impulsionado o pescador da Vila de Cachoeira a expandir cada vez mais seu território de pesca, aumentando com isso a quantidade de dias laborais, tornando maior seu esforço de pesca e seu tempo de permanência no mar.

Os berçários estão ameaçados tanto pela pesca predatória, quanto pela relação conflituosa entre pescadores esportivos e pescadores ribeirinhos. Tendo em vista que a prática da pesca esportiva é uma modalidade de pesca bastante disseminada entre a classe econômica alta que tem residência ou visita o município, como personalidades influentes da sociedade paraense, incluindo políticos e grandes empresários que mantêm luxuosas residências no município, às margens do rio Mojuim, com marinas particulares e barcos tecnologicamente sofisticados utilizados no exercício desta modalidade de pesca.

A geração de divisas para o local foi a principal justificativa para o investimento na pesca esportiva, no entanto, os principais beneficiados são os empresários donos das marinas particulares que mantêm as lanchas de pesca sob um aluguel que oscila entre R\$500,00 a R\$1500,00 mensais, dependendo do tamanho da lancha e da potência do motor, recebendo cuidados específicos de acordo com valor pago.

Inicialmente, eram realizadas temporadas de pesca esportiva, inclusive com torneios promovidos pelo próprio poder público municipal, que justificando a necessidade dos mesmos, alegava o progresso econômico, social e cultural da cidade ao se construir um polo de atração turística, onde os próprios pescadores e suas famílias seriam diretamente beneficiados. No entanto, relatos mostram que o que de fato aconteceu é que inicialmente os pescadores mais habilidosos, com conhecimentos específicos do território de pesca eram contratados como guias de pesca, conduzindo as embarcações aos locais específicos, indicando a localização dos pesqueiros para a captura do pescado em maior quantidade. Até estes serem rapidamente dispensados e substituídos por equipamentos tecnológicos como sonar, GPS, entre outros. Além de que, logo os próprios "pescadores esportivos" de posse de todo o conhecimento territorial da pesca, tornaram dispensáveis os trabalhos e os conhecimentos do guia de pesca.

Relatos de pescadores e da própria direção da Colônia de Pescadores refletem a dinâmica do conflito existente, no que diz respeito à pesca esportiva, que segundo eles nasceu com a finalidade de ser estritamente esportiva, com a captura e devolução do pescado para o rio. No entanto, o que realmente acontece é que todo pescado capturado, e ressaltam, "é muito pescado", é levado sem nenhum constrangimento e nem

penalidades para estes. Revelando assim a fragilidade da fiscalização em relação a legislação prevista para a pesca esportiva e a necessidade de se pensar um plano de manejo para o território de pesca em São Caetano de Odivelas.

É o caso do território de pesca de São Caetano de Odivelas que é claramente estabelecido pelo livre acesso e pelas relações comunitárias e de compadrio entre as famílias de pescadores, que representam a maior parte da população do município.

A pesca artesanal pode ser classificada em duas categorias, já que a pesquisa mostrou que existem entre eles aqueles pescadores com maior poder aquisitivo, que possuem as melhores condições e maior capacidade de captura, destacando-se também pelo fato de utilizarem como mão de obra aqueles pescadores cujos recursos são escassos e que não possuem capital para o financiamento da pesca em alto mar, causando com isso uma dependência (financeira e de mão de obra) entre pescadores da mesma classe (pescadores artesanais), onde um se sobrepõe ao outro pelo poder do capital. Revelando assim domínio e apropriação também entre os pares sociais daquele território.

Assim, os recursos pesqueiros têm sido explorados gerando uma escassez cada vez maior e mais evidente na prática do pescador e são estes mesmos que têm percebido dia após dia a diminuição do pescado e consequentemente a instabilidade na garantia do sustento da família. Para os pescadores da Vila de Cachoeira, o território usado representa o meio pelo qual sua existência é materializada na busca do suprimento de suas necessidades, mediado pela relação que estes mantêm com o rio e com os recursos que dele emanam.

Nesse sentido, o reconhecimento de seu território de pesca se torna imprescindível para a permanência desse pescador e de sua territorialidade na busca do pescado e de sua prática laboral. Com isso, a importância de representar cartograficamente sua área de pesca revela a necessidade de sua efetiva participação nesse processo tendo em vista que é o próprio pescador que vive e constrói suas territorialidades dentro de uma lógica de domínio e apropriação do território.

Assim, este trabalho utilizou os fundamentos da cartografia social e do mapeamento participativo, como instrumentos para a representação do uso dos recursos pesqueiros pelos pescadores da Vila de Cachoeiras, levando em consideração a compreensão de como é realizada a utilização destes recursos por parte dos pescadores, culminando no mapeamento dos territórios de conflitos e dos espaços nos quais são retirados os recursos, indicando a cartografia social como instrumento fundamental para o reconhecimento e gestão do território e como contribuinte para o plano de manejo.

Para isso, foram realizadas oficinas de mapeamento junto aos pescadores da Vila e de representantes da Colônia dos Pescadores do município – Z4, através da metodologia da cartografia participativa, utilizando o conhecimento local para a elaboração de mapas com as informações de como a comunidade utiliza e reconhece o território, pautada num contexto relacional, ou seja, sendo produto de um cotidiano interativo do sujeito que mapeou seu próprio território.

Vale ressaltar que todas as imagens fotográficas apresentadas foram adquiridas durante a permanência nos campos e vivência no ambiente da pesquisa. Estiveram envolvidos 38 entrevistados incluindo pescadores e residentes locais, além de representantes dos órgãos ligados a pesca no município.

E assim, efetiva-se esta pesquisa, tendo como categorias geográficas o território pensado a partir de seu uso, da vivência e das territorialidades que dele emanam, considerando nesta abordagem o acesso, a gestão, e o uso do território e a dos recursos naturais.

## **A TERRITORIALIDADE DA PESCA E SUA DINÂMICA SÓCIO ESPACIAL**

A pesca artesanal se destaca como uma das principais fontes de renda das comunidades ribeirinhas e é caracterizado pela utilização de aparelhos pesqueiros com relativo baixo desenvolvimento tecnológico; pela baixa capacidade de acumulação mercantil; por depender de um longo sistema de intermediação do pescado; por apresentar baixa divisão social do trabalho; e por proporcionar, em muitos casos, um relativo pequeno impacto ambiental (Rebouças, 2006).

A pesca artesanal é uma das mais antigas atividades humanas desenvolvidas em áreas litorâneas ou estuarinas, e que vem sofrendo sérias modificações devido a atitude impensada do ser humano, compreendendo de certa forma o que ele chama de a simbiose existente entre homem e natureza.

Segundo Diegues (1973), os pescadores artesanais são aqueles que, na captura e desembarque de toda classe de espécies aquáticas, trabalham sozinhos e/ou utilizam mão de obra familiar ou não assalariada, explorando ambientes ecológicos localizados próximos à costa, pois em geral a embarcação e aparelhagem utilizadas para tal fim possuem pouca autonomia.

De acordo com a lei 11.959, lei que regula as atividades pesqueiras em todo território nacional, Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal (BRASIL, 2012).

Diegues (2004, p. 1) afirma que o conhecimento tradicional na pesca artesanal representa “um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida”.

Nas comunidades de pescadores artesanais, o conhecimento tradicional compreende “um conjunto de conceitos e imagens produzidos e usados pelos pescadores artesanais em sua relação com o meio-ambiente aquático (marinho, lacustre, fluvial) e com a própria sociedade”.

Vale ressaltar que cada local tem seu desenvolvimento definido, em parte, pelas suas próprias forças resultantes de uma complexa trama de elementos de ordem natural e humana que atuam sobre os processos responsáveis pelas formações sociais as quais se singularizam em razão de determinadas combinações (CHOLLEY, 1964).

Isso significa que uma análise que se proponha a ser geográfica, precisará considerar o espaço em suas mais diversas perspectivas, mas precisará, principalmente, entendê-lo como o resultado da relação entre sociedade e natureza, relação esta mediada pelo trabalho e pelas técnicas. (PEREIRA, 2003)

A esse respeito, (SANTOS, 2007, p. 113) afirma que “o mundo, como um conjunto de essências e de possibilidades, não existe para ele próprio, e apenas o faz para os outros. É o espaço, isto é, os lugares, que realizam e revelam o mundo, tornando-o historicizado e geografizado, isto é, empiricizado”.

Na visão de (SANTOS, 2007, p. 96) o território “é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. É “a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi”.

Desta forma o território é compreendido como um conjunto de variáveis incorporado por uma população. Um lugar cuja história apresenta todas as manifestações da existência humana.

Assim, o reconhecimento das territorialidades das atividades pesqueiras, bem como toda sua técnica e arte de pesca e a apropriação dos recursos naturais em geral, formam seus costumes, cristalizando seus modos de vida e caracterizando os territórios de pesca (SILVA, 2012).

Vale ressaltar que a percepção que os indivíduos têm do ambiente em seu entorno reflete na forma de como estes modificam o espaço, conforme suas necessidades. Surge então a necessidade de discutir esta relação com o espaço, de como ele é percebido e possuído pelos seres humanos.

Por assim dizer, a territorialidade construída pelas comunidades de pescadores da Amazônia é baseada na socialização de um modo de viver, que é comum a todos os envolvidos na dinâmica dos que residem neste território, dividindo o mesmo espaço e participando dos mesmos meios de produção e apropriação do território.

## LOCUS DA PESQUISA

Na Vila de Cachoeira (Figura 1) no município de São Caetano de Odivelas, onde se concentra o foco nodal desta pesquisa, a pesca assume importante papel socioeconômico na ocupação de mão de obra, geração de renda e oferta de alimentos para a população local.



Figura 1: Carta Imagem da Vila de Cachoeira

FERREIRA, G.C. Trabalho de Campo. 2017. Projeto Cartográfico – GAPTA/UFPA

A Vila de Cachoeira é considerada pelos moradores do município como reduto de pescadores, sobretudo, pelo número expressivo de pescadores inscritos na Colônia de Pescadores, 607 pescadores inscritos segundo relatório da Colônia, e o fato do mercado municipal estar localizado na Vila, constituindo-se o polo de comercialização do pescado que é vendido na região fresco ou salgado, tendo o preço ditado pelo mercado do Ver o Peso em Belém, segundo informação contida no relatório da proposta de Criação da Reserva Extrativista Marinha em São Caetano de Odivelas (BRASIL, 2014).

Com uma população estimada em aproximadamente 1960 habitantes segundo dados censitários do IBGE/2010, sendo economicamente ativa através da pesca como atividade principal e do pequeno comércio local, distribui-se em 14 ruas com moradias de alvenaria e madeira, sendo a praça da vila o principal ponto de encontro dos moradores e palco dos festejos religiosos e de manifestações culturais vividos pelos residentes locais.

Devido à sua proximidade geográfica com a sede do município, cerca de 5 km, a Vila de Cachoeira é assistida com os mesmos meios de comunicação que são oferecidos para os moradores da Sede do município como telefone fixo, telefonia móvel e cobertura de internet.

A renda média dos moradores da Vila de Cachoeira gira em torno de 1 a 3 salários mínimos, dos que recebem renda fixa como servidores públicos municipal, estadual e aposentada previdenciária. Dos que exercem atividades autônomas, o pequeno comércio local e as vendas ao ar livre, são neste setor, as principais atividades econômicas desenvolvidas.

Os beneficiários de programas de governo como o Bolsa Família e os que vivem da pesca são os que mais se destacam na economia da Vila, tendo em vista que grande parte da população desenvolve atividades relacionadas com a pesca, incluindo mariscarem e o beneficiamento de derivados do pescado como o comércio do grude do peixe.

A exemplo de grande parte das comunidades amazônicas, a Vila de Cachoeira vem enfrentando problemas socioambientais relacionados ao processo de urbanização de seu território, tornando-se motivo de preocupação dos residentes, pois acreditam que a Vila não possui infraestrutura compatível em relação ao novo modelo de povoamento da área, que se revela pelas construções de casas de veraneio, pousadas, e a intensificação turística que cresce a cada ano. Além do mais, a comunidade é carente de saneamento básico adequado, falta de água tratada para consumo diário, e dispõe de um sistema educacional que contempla apenas a Educação Infantil.

Na vila também se revela um cenário de contraste, pois mesmo tendo suas moradias construídas de alvenaria e madeira em grande parte, é comum a presença de grandes casarões, verdadeiras mansões que ali são erguidas dividindo o espaço com as pequenas construções do residente local destacam-se por sua imponência em relação as demais, além de pousadas recém-inauguradas.

No entanto, vale ressaltar que algumas destas residências são de pescadores locais que vivem do agenciamento da pesca, são considerados pelos moradores como "empresários do pescado". As demais, os proprietários são de outros municípios que mantêm a residência para passarem temporadas na vila.

A relação dos moradores com o rio se dá a partir da arte da pesca e da compra e venda do pescado no mercado municipal, ou direto do pescador no porto da Vila e muitos dos pescadores reúnem-se nas casas coletivas de construção de petrecho de pesca, que estão localizadas às margens do rio Mojuim próximo ao porto da Vila, onde através de parcerias familiares ou de compadres, como costumam se cumprimentar, realizam reparos e construção de seus instrumentos de pesca.

## **TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES DOS PESCADORES DA VILA DE CACHOEIRA**

A participação na construção do mapa é uma forma de fortalecer a mobilização de grupos, que se apropriam de uma ferramenta, a cartografia, para uso de seus interesses. E a participação dos grupos mobilizados não se restringe à confecção dos mapas, pois a partir do processo de construção de mapas, demandas são fortalecidas e há o reconhecimento de direitos, o que pode direcionar estratégias de atuação coletiva (PLESSMAN, 2013).

Cada situação de mapeamento tem seus próprios objetivos. Uma classificação possível, entre tantas outras, dos objetivos presentes nos processos de mapeamento participativo realizados no Brasil, pode ser a seguinte: i) busca por legitimidade; ii) busca por informações mais precisas; iii) busca pelo fortalecimento da mobilização dos grupos (PLESSMAN, 2013).

Cubides (2009) indica que com a cartografia social surge uma metodologia que busca o trabalho em grupo, com o objetivo de realizar diagnósticos participativos, como resultado do reconhecimento do território através de distintos mecanismos com a observação, conversa com a população com abordagens de realidades dos mesmos, então estas informações são refletidas no mapa do território a ser construído.

Desta forma, o método da cartografia social neste trabalho visa buscar a utilização do conhecimento local para a elaboração de mapas, que apresentem informações adicionais, levando em consideração a forma de como a comunidade utiliza e reconhece o território, pautada num contexto relacional, ou seja, sendo produto de um cotidiano interativo do sujeito que mapear seu próprio território. Como resultado desta interação, é possível mapear conceitos sociais como: problemas ambientais, situação de conflitos, transporte escolar, trabalho, história de vida e entre outros (LIMA & COSTA, 2012).

Para a realização do mapeamento participativo foi necessário, antes de tudo, escolher o público alvo. Buscar, recrutar e conversar com pessoas que são ligadas a atividades pesqueiras da Vila de Cachoeira, com vasto conhecimento dos pontos da localidade e do território de pesca por eles utilizado.



Figura 2: Construção do Mapa Participativo com a Presença dos Representantes de Classe (Colônia dos pescadores e Resex Mocapajuba).

Fonte: FERREIRA, G.C. Trabalho de Campo. 2017.

Inicialmente, foi realizada uma primeira conversa geral com todos os que participaram, explicando passo a passo como se daria a oficina de Mapeamento Participativo e quais os objetos que eles utilizariam no decorrer da oficina, deixando bem claro que os mapas serão demarcados por eles de acordo com os objetivos voltados para a demarcação da área de atividade pesqueira, além de pontos de fixos onde a pesca é economicamente ativa dentro da localidade e que não se importem em demarcar seus locais de convívio.

Através da direção da RESEX foram articulados todos os procedimentos para a realização da oficina de Mapeamento Participativo, incluindo data, hora, local e clientela envolvida (Figura 2). E com o auxílio de dois bolsistas do GAPTA (Grupo Acadêmico de produção Territorial e Meio Ambiente da Amazônia) na residência de um pescador da localidade, com participação de pescadores locais, a gerência da RESEX e diretor da Colônia dos Pescadores foram realizadas as atividades concernentes à aquisição das informações necessárias à representação cartográfica do território de pesca dos pescadores da Vila de Cachoeira.

Em seguida, foi feita a explicação por completa sobre o que é o Mapeamento Participativo, seu conceito e sua história e como a população é de fundamental importância para a sua construção e como será construído. Com exemplos de comunidades próximas que já fizeram o mesmo trabalho, para que todos ficassem mais confortáveis, foi apresentado a todos o mapa da região onde está localizado o município de São Caetano de Odivelas e mapa correspondente a área da RESEX, todos em branco, plotados em papel A1, sem nenhum tipo de simbologia, para que a localização fosse feita a partir das suas próprias percepções da localidade (Figura 3).



Figura 3: Construção do Mapa Participativo com a participação de pescadores.

Fonte: FERREIRA, G.C. Trabalho de Campo. 2017.

E assim, foi possível a interação dos pescadores com o mapa, onde estes puderam fazer as devidas anotações no próprio mapa, indicando ponto a ponto dos locais relacionados com a pesca e sua territorialidade. Assim, foram apontando os locais segundo os temas abaixo relacionados:

- Locais dos pesqueiros
- Áreas de conflitos
- Tipos de pesca (malhadeira, curral, arrasto)
- Tipos de pescados
- Locais de pesca (ribeirinha, esportiva, artesanal, industrial)
- Pontos de embarque e desembarque do pescado

Os procedimentos metodológicos acima apresentados nos embasaram a atingir nossos objetivos que culminaram na consolidação do mapeamento do território de uso dos pescadores da Vila de Cachoeiras.

A partir das informações contidas no mapa de territorialidades (Figura 4), é possível afirmar que os pescadores da Vila de Cachoeira constroem suas territorialidades tendo a pesca como sua principal atividade econômica, para manutenção da vida e dos saberes tradicionais, como mostra o mapa participativo das territorialidades, onde é possível perceber a dinâmica e a influência que a pesca exerce na vida social, cultural e econômica destes pescadores.

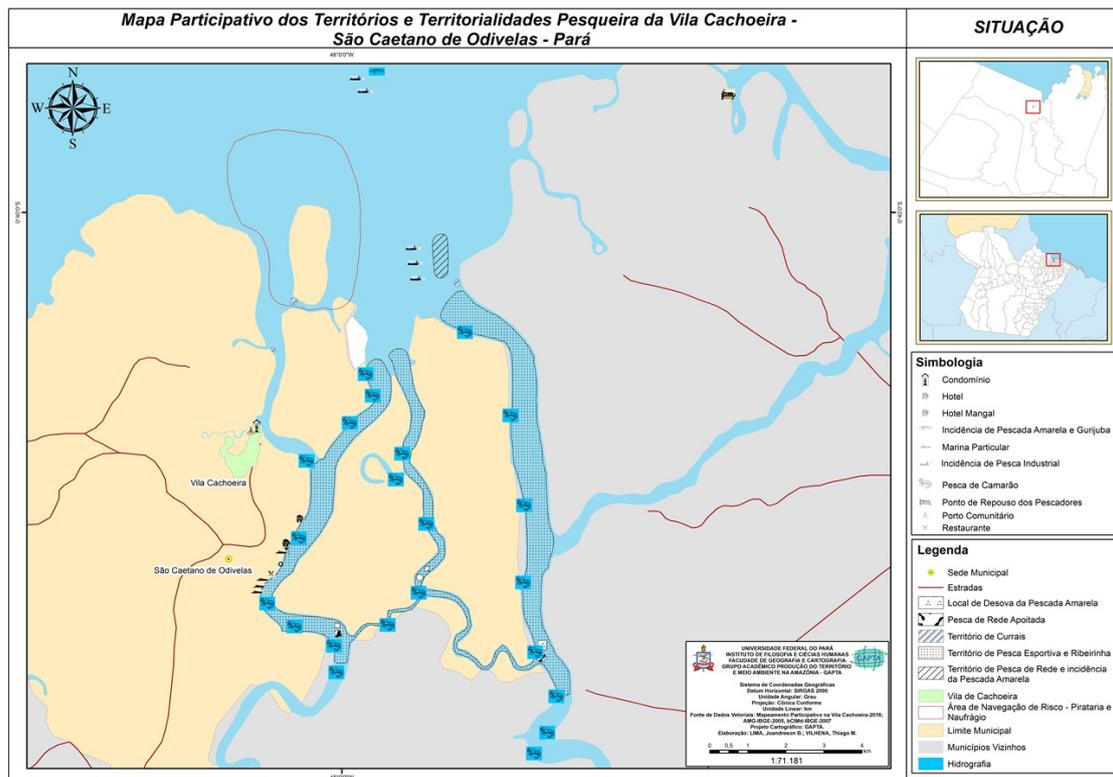


Figura 4: Mapa participativo do Território e Territorialidades dos Pescadores da Vila de Cachoeira

Fonte: FERREIRA, G.C. Trabalho de Campo. 2017. Projeto Cartográfico – GAPTA/UFGA

A parte antropizada do território também é representada com pontos específicos dos hotéis, condomínios e marinas particulares que, dada a sua localização e dinâmica em relação ao rio, privatizam o território de pesca que compreende a orla do rio Mojuim que banha a sede do município e a Vila de Cachoeira, afastando o pescador ribeirinho para áreas cada vez mais distantes do rio.

A presença de pescadores que realizam a pesca em alto mar é fortemente evidente entre os pescadores da Vila de Cachoeira. Muitos pescadores, aqueles considerados mais experientes, chamados de encarregados, são contratados pelos agentes do pescado, aqueles que detêm os recursos financeiros e as embarcações para a realização deste tipo de pesca.

Estes contratam pescadores habilidosos com oferta de pagamento baseado na quantidade de pescado capturado, excluindo desde as despesas usadas pelos mesmos durante a pesca, o investimento com combustível, recebendo como adiantamento um vale que é deixado para o sustento da família enquanto este estiver no mar. Existem entre estes, aqueles pescadores com habilidades especiais, dito dos que conhecem os locais dos cardumes e sabem ouvir o "barulho do peixe", a eles é direcionada uma quantidade adicional de pescado.

A noção de solidariedade é forte entre os pescadores artesanais, a amizade "está associada à ajuda da família e à colaboração dos compadres". Vale observar que a pesca artesanal no município de São Caetano de Odivelas é desenvolvida tanto no mar quanto nos rios, podendo o pescador trabalhar com espécies diversas e utilizar várias técnicas e petrechos.

Os principais locais de embarque e desembarque do pescado são os portos da Vila de Cachoeira (Figura 5) e o porto da sede do município (Figura 6), além destes, os pescadores contam com os portos comunitários (Figura 6) existentes ao longo do rio Mojuim na Vila de Cachoeira.



Figura 5: Porto da Vila de Cachoeira

Fonte: FERREIRA, G.C. Trabalho de Campo. 2017.



Figura 6: Porto da Sede do Município de São Caetano de Odivelas

Fonte: FERREIRA, G.C. Trabalho de Campo. 2017.

A produção pesqueira é basicamente gerenciada pelas famílias de pescadores artesanais, que são aquelas cujo sustento depende total ou parcialmente da pesca artesanal. Este jeito de produzir vai além de um simples esquema de produção pesqueira: ele caracteriza um estilo de vida que organiza as famílias em torno dos saberes tradicionais que conduzem ao uso sustentável dos recursos pesqueiros, sejam eles animais ou vegetais. Mesmo que o trabalho seja realizado em grupo, as habilidades individuais são valorizadas entre os pescadores: aqueles que dominam as diferentes técnicas da pesca e conhecem os “segredos” dos rios ou dos mares se destacam no grupo. Este conhecimento estrutura as relações entre as pessoas da comunidade.

Como vemos no Mapa de Conflitos do território de pesca da Vila de Cachoeira (Figura 7), a pesca ribeirinha e a pesca esportiva acontecem no mesmo território, compreendendo os estuários dos rios Mojuim, Maripanema e o rio Mocajuba.

A saber, são estes os principais berçários dos peixes capturados, entre eles, a pescada amarela (*Cynoscion Acoupa*) e a Tainha (*Mugil Cephalus*), muito valorizado por seu significado econômico e de produção. A pesca de curral e de camarão também acontece ao longo desses rios.

É aí também que acontece a pesca com rede apoitada, que se configura na verdade uma armadilha predatória, que mesmo proibida é usada para captura dos peixes quando os cardumes procuram os berçários para a reprodução, tornando a pesca devastadora, impedindo que os estoques se renovem, comprometendo o futuro da pesca na região.

E por dividirem o mesmo território, entende-se a existência de conflitos entre os pescadores ribeirinhos e os pescadores esportivos; de um lado, pescadores esportivos com alto poder de captura; do outro lado, pescadores ribeirinhos com embarcações menores e equipamentos simples, tradicionalmente conhecedores e usuários do território, que estão intimamente ligados aos saberes, à cultura e à economia do município, que dividem o território com o pescador esportivo, recentemente inserido nesta nova dinâmica territorial da pesca, com potencial bem maior de êxito nas suas investidas ao rio e com um esforço de pesca bem menor em relação ao pescador ribeirinho.

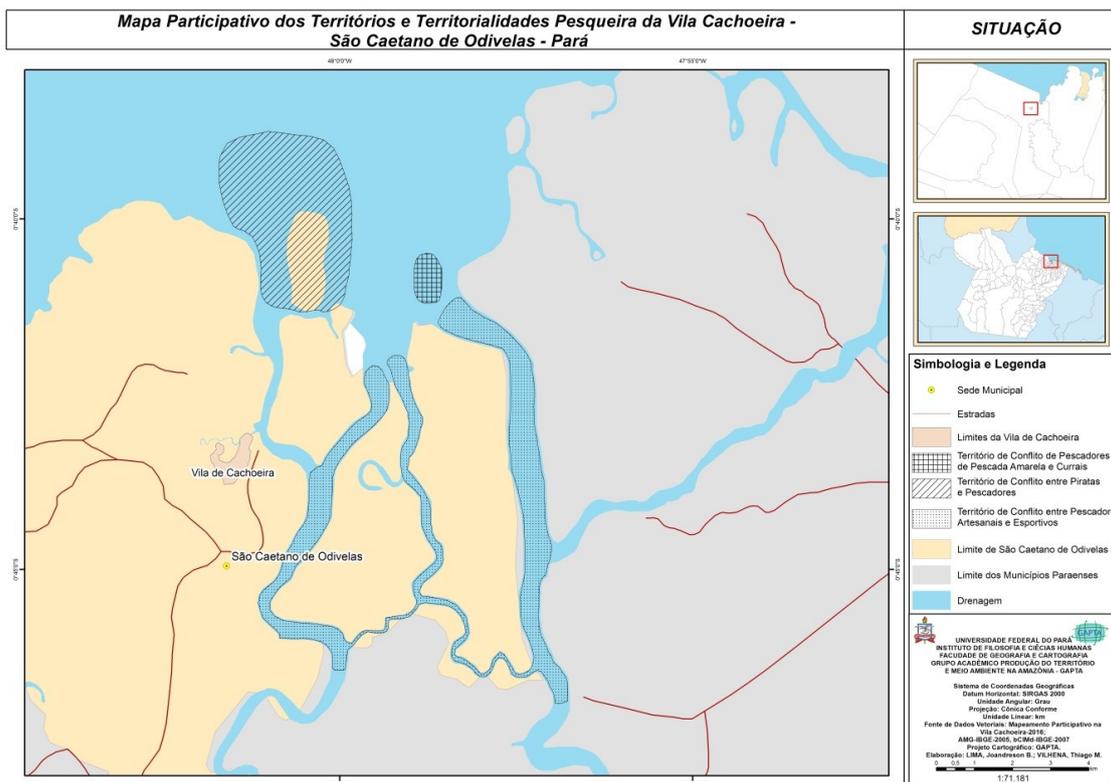


Figura 7: Mapa Pesca e conflitos no território de pesca na vila de Cachoeira

Fonte: FERREIRA, G.C. Trabalho de Campo. 2017. Projeto Cartográfico – GAPTA/UFGA

Segundo, Furtado (2006) a exploração intensiva dos recursos naturais aquáticos, por aqueles que possuem maior domínio da tecnologia pesqueira, tem levado ao longo do tempo ao empobrecimento da classe dos pescadores tradicionais, que por falta de esclarecimento e opções se veem obrigados a utilizarem técnicas predatórias no intuito de garantir pelo menos um mínimo de lucro que seja em relação aos outros companheiros que utilizam mais esforço de pesca com uma tecnologia ecologicamente correta.

Segundo os pescadores artesanais, eles precisam avançar para proteger os berçários, evitam pescar no estuário para proteger o futuro dos estoques, pois sabem que sua dependência do pescado é permanente, enquanto que a pesca esportiva tem retirado do rio mais que o permitido para pesca esportiva.

Para os pescadores artesanais que realizam a pesca em alto mar, os pesqueiros mais procurados são os da pescada amarela (*Cynoscion Acoupa*) e os da Gurijuba (*Arius Parken*), pelo alto valor econômico tanto do pescado quanto do grude. No entanto, os riscos que esta pesca representa têm sido atos desafiadores para os pescadores da Vila de Cachoeira, haja vista que os perigos do mar e o tempo de pesca cada vez maior, têm deixado o pescador cada dia mais temeroso e “aventureiro”, como eles costumam se autodenominar.

Por conhecerem seu território, eles sabem exatamente as áreas onde estão mais vulneráveis, no entanto, a necessidade de chegar aos pesqueiros faz com que superem os perigos do mar e enfrentem os ricos da navegação.

Os principais riscos em alto mar, como mostra o mapa, configura-se uma determinada área que representa a maior vulnerabilidade dos pescadores aos ataques dos “piratas do mar”, que atacam e saqueiam suas embarcações, comprometendo todo o resultado de pesca, além de os deixarem um tempo maior fora do mar, já que terão que adquirir novos equipamentos e petrechos de pesca. Sem falar dos riscos de morte a que estão expostos.

Nesta mesma área, a pesca de curral nos canais também não deixa de ser um perigo à parte, já que estes são fixados em áreas impróprias, justamente no curso de navegação das embarcações. Com a maré alta fica difícil sua visualização, necessitando de um conhecimento mais acurado do território de pesca para evitar colisão com os mesmos.

No entanto, tal conhecimento, muitas vezes, não tem sido suficiente para evitar os danos, pois não é raro o relato de experiência de perdas do pescado como resultado de colisão das embarcações com estes currais que são construídos de madeiras pesadas, com esteios altos na sua estrutura, usados especificamente para a pesca do Mero<sup>1</sup> (*Epinephelus Itajara*), que tem sua pesca proibida no Brasil, estando incluído na lista de espécies ameaçadas de extinção.

Sem falar na presença das barcas arrastadeiras que utilizam grandes redes, cercando o peixe, levando os maiores e desprezando no rio os peixes menores, dos quais servem apenas para consumo próprio garantindo a subsistência, não servindo para comercialização e dado aos longos períodos no mar, os pescadores mantêm uma área de repouso utilizado para descanso durante o esforço de pesca.

De acordo com as informações contidas no mapa participativo construído a partir do conhecimento dos pescadores da Vila de Cachoeira, pode-se concluir que, mesmo sabendo de seus limites territoriais para a atividade pesqueira, a escassez do pescado tem levado o pescador da Vila de Cachoeira a avançar cada vez mais os limites de seu território de pesca permitido, mesmo não dispondo das devidas condições para a pesca em alto mar, o que tem muitas vezes culminado em acidentes, ocorrendo perda do pescado, ocasionando em consequências bem mais graves como alagamento das embarcações e até óbitos, devido aos altos riscos que os pescadores estão expostos no mar.

## CONSIDREÇÕES FINAIS

Para os pescadores da Vila de Cachoeira, o território usado representa o meio pelo qual sua existência é materializada na busca do suprimento de suas necessidades, mediado pela relação que estes mantêm com o rio e com os recursos que dele emanam.

Porém, a escassez do pescado e as exigências do mercado consumidor tem impulsionado este pescador a expandir cada vez mais seu território de pesca, aumentando com isso a quantidade de dias laborais, tornando maior seu esforço de pesca e seu tempo de permanência no mar.

Assim, a luta diária em territorializar-se representa para o pescador da Vila de Cachoeira um desafio constante que pode resultar em longos períodos no mar, na busca de recursos cada vez mais longe, expondo-se a perigos que podem colocar em risco a própria vida.

O pescador é reconhecido como um ator social de grande relevância para o comércio e economia local, haja vista que a pesca assume um importante papel da economia Odivelense, pois é dela que a maioria dos residentes adquire manutenção e sustento financeiro.

No entanto, os dados revelam que a pesca na região está cada vez mais susceptível à exaustão, fragilizada, sobretudo, pela exploração intensiva e desordenada, realizada por barcos industriais que utilizam aparatos tecnológicos avançados para a captura predatória dos peixes, no território de pesca destes pescadores.

Destacamos os impactos ambientais promovidos pela antropização do litoral que segue até os limites com a Vila de Cachoeira. O despejo de rejeitos descartados no rio, oriundos dessas moradias, é evidente e denunciado pelos residentes. Além de que, a retirada das matas ciliares e a restrição de uso do rio nestes espaços pelo pescador são indícios de que o território usado vem sofrendo pela ação humana, descomprometida com um uso sustentável e responsável do território, comprometendo não só o território pesqueiro, mas todo o ecossistema ali presente.

A luta diária em territorializar-se representa para o pescador da Vila de Cachoeira um desafio constante que pode resultar em longos períodos no mar, na busca de recursos cada vez mais longe, expondo-se a perigos que podem colocar em risco a própria vida.

Nisso, foi possível analisar a dinâmica territorial dos pescadores artesanais da Vila de Cachoeira em São Caetano de Odivelas, apresentando informações a respeito do uso do território, através da elaboração de um

<sup>1</sup>O ministério da Pesca determinou a proibição da pesca do Nero (*Epinephelus Itajara*) sob a Portaria Interministerial nº 13 e nº 14, englobando o desembarque, o armazenamento, o transporte e a comercialização de exemplares da espécie em todo território nacional.

mapa síntese contendo as informações cartográficas de suas territorialidades de pesca, envolvendo informações referentes às áreas de conflito, locais de maior incidência das espécies capturadas, tipos de pescados, utilizando os fundamentos da cartografia social como um instrumento de representação do uso dos recursos pesqueiros pelos pescadores da Vila de Cachoeira.

A saber, quando se trabalha nesta problemática relacionada a mapeamento, a cartografia possui ferramentas e instrumentos fundamentais para a representação do território de uso das comunidades, com a metodologia de cartografia participativa, a qual a partir de sua disseminação tecnológica tem servido de suporte para a representação do território de comunidades, sobretudo com o objetivo de posse e uso coletivo da terra e de seus recursos.

É neste sentido que uma abordagem geográfica que considera o território como conceito básico para o estudo da sociedade deve contemplar, não só a porção da natureza e do espaço, mas também da sociedade e as condições que esta reivindica e materializa-se. Desta forma o território é compreendido como um conjunto de variáveis incorporado por uma população, um lugar cuja história apresenta todas as manifestações da existência humana.

É assim que para os pescadores da Vila de Cachoeira, o território usado representa o meio pelo qual sua existência é materializada na busca do suprimento de suas necessidades, mediado pela relação que estes mantêm com o rio e com os recursos que dele emanam.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura. **Instrução Normativa MPA nº 6**, de 29 de Junho 2012. Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira, na categoria de Pescador Profissional no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura.
- BRASIL. **Lei nº 11.959**, de 29 de junho 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm)>. Acesso em: 19 out. 2017.
- CHOLLEY, André. Observações Sobre Alguns Pontos de Vista Geográficos. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: CNG, n. 179 e 180, 1964.
- CUBIDES, H. Y. P. **La cartografía social como instrumento metodológico em los procesos de construcción de territorio a partir de la participación ciudadana em la planeación territorial y la construcción del espacio público**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2009.
- DIEGUES A. C. S. **Pesca e marginalização no litoral paulista**. Dissertação (Mestrado) - NUPAUB; CEMAR, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973. 187p.
- DIEGUES A. C. S.. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. Ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio a Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas úmidas Brasileiras, USP, 2004.
- FURTADO, L. G. Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: Contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 159-172, maio-ago. 2006.
- IBGE. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default\\_resultados\\_universo.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_universo.shtm)>. Acesso em: 15 de mar. 2018.
- LIMA, M. V. da C.; COSTA, S. M. G. Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia. **Revista Geografares**, nº12, p. 76-113, Julho, 2012.
- PLESSMAN, F. **Unidade Mo3: Introdução à Participação**. Guia para Experiências de Mapeamento Comunitário, versão livremente adaptada para o português de CTA 2010. Training Kit on Participatory Spatial Information

Management and Communication. CTA, Países Baixos; Rio de Janeiro: ETTERN/IPPUR/UFRJ, 2013.

PEREIRA, R. M. F. do A. Formação sócio espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. **Geosul**, v. 18, n. 35, 2003.

REBOUÇAS, G. N. et al. Gestão integrada e participativa da pesca artesanal: potencialidades e obstáculos no litoral do Estado de Santa Catarina. **Ambiente e Sociedade**, v. IX, n. 2, 2006.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SILVA, C. N. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Ituquara, Breves-PA**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVA, C. N. **Geotecnologias Aplicadas ao Ordenamento Territorial Pesqueiro**. 2012. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca da Universidade Federal do Pará, Belém.